

1º SIMULADO

TJRO

CARTÓRIOS



Estratégia
Carreira Jurídica

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RO para Cartórios;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJRO-07-11-20>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRARIS

Juliana Chevônica

01. A Lei n. 10.169/2000 regula o § 2º do art. 230 da Constituição da República, estabelecendo normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços extrajudiciais. A esse respeito, é incorreto afirmar:

- a) O valor dos emolumentos é fixado por lei estadual, mas as diretrizes são dadas pela Lei n. 10.169/2000.
- b) Atos relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro devem ter emolumentos que atendam às peculiaridades socioeconômicas da região.
- c) Os emolumentos podem sofrer reajuste e as tabelas devem ser publicadas até o último dia do ano, em observância ao princípio da anterioridade.
- d) É proibido cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.

02. Notários e registradores estão sujeitos a penalidades quando cometem infrações. A esse respeito, considerando a Resolução nº 34/2018 do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é correto afirmar:

- a) A pena disciplinar de repreensão será aplicada por escrito, ao contrário da pena de multa.
- b) As penas disciplinares serão dosadas, quanto à espécie e mensuração, considerando-se tão somente a gravidade da falta.
- c) A pena de suspensão será aplicada pelo prazo de sessenta dias, prorrogável por mais trinta.
- d) A perda da delegação é uma das sanções aplicáveis a delegatários infratores.

03. O Provimento n. 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça dispõe sobre a política, procedimentos e controles a serem adotados por notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento de terrorismo. Sobre esse ato normativo e suas disposições, é incorreto afirmar:

- a) Ao Provimento n. 88/2019 estão sujeitos interventores, interinos e titulares dos serviços notariais e registrares.
- b) O Cadastro Único de Beneficiários Finais – CBF conterà o índice único das pessoas físicas e jurídicas que, em última instância, de forma direta ou indireta, possuem controle ou influência significativa nas entidades que pratiquem ou possam praticar atos ou negócios jurídicos nos quais intervenham os notários e registradores.
- c) Os notários e registradores devem avaliar a existência de suspeição nas operações ou propostas de operações de seus clientes, dispensando especial atenção àquelas incomuns ou que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, finalidade, complexidade, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar indícios dos crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou com eles relacionar-se.
- d) Os notários e registradores devem observar as disposições do Provimento n. 88/2019 na prestação de serviços ao cliente, inclusive quando envolver operações por interpostas pessoas, compreendendo todos os negócios e operações que lhes sejam submetidos.

04. Sobre os livros administrativos obrigatórios nas serventias extrajudiciais, assinale a alternativa incorreta:

a) É obrigatório o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, o qual observará o modelo usual para a forma contábil.

b) É obrigatório o Livro de Visitas e Correições.

c) É obrigatório o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa no RCPN. Devem ser lançados os atos compensáveis e os atos gratuitos no dia da data do registro.

d) O livro de Controle de Depósito Prévio é destinado às unidades cujo serviço admita depósito prévio de emolumentos.

05. Sobre os prepostos dos notários e oficiais de registro, é incorreto afirmar, com base na Lei n. 8.935/1994:

a) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, solicitar ao Tribunal de Justiça que lhe sejam cedidos servidores.

b) Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

c) Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

d) Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

06. Sobre o poder disciplinar das Corregedorias Permanentes e da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é incorreto afirmar:

a) Os interventores, designados para responder pela serventia extrajudicial no período de vacância, e os interinos, nomeados para responder pela serventia extrajudicial no período de afastamento do titular, respondem objetivamente pelas infrações disciplinares praticadas pessoalmente ou por seus

prepostos, durante o período de interinidade ou intervenção.

b) No procedimento deverão ser respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

c) Os interinos, designados para responder pela serventia extrajudicial no período de vacância, e os interventores, nomeados para responder pela serventia extrajudicial no período de afastamento do titular, respondem objetivamente pelas infrações disciplinares praticadas pessoalmente ou por seus prepostos, durante o período de interinidade ou intervenção.

d) O poder disciplinar das Corregedorias Permanentes e da Corregedoria-Geral da Justiça sujeita apenas os titulares das delegações extrajudiciais, os quais respondem objetivamente pelas infrações disciplinares praticadas pessoalmente ou por seus prepostos.

07. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro não depende de:

a) nacionalidade brasileira.

b) habilitação em concurso público de provas e títulos, realizado pelo Poder Executivo.

c) quitação com as obrigações eleitorais e militares.

d) habilitação em concurso público de provas e títulos.

08. A pena de multa é uma das sanções aplicáveis a notários e registradores quando eles cometem infrações. A respeito dessa penalidade, tomando por base tanto a Lei de Notários e Registradores quanto a normatização do TJ-RO, é incorreto afirmar:

a) A pena de multa deve ser sopesada pensando-se também na renda proporcionada pela serventia.

b) É fixada entre 50 e 500 Unidades de Padrão Fiscal.

- c) Deve ser recolhida em até dez dias após o trânsito em julgado da decisão.
- d) O não pagamento da multa no prazo fixado resulta a suspensão do exercício das funções delegadas até que a obrigação seja cumprida.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Scwab

09. De acordo com o artigo 110 da Lei 6.015/1973 e 805 do CN/RO, o oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público. Assinale a alternativa que não corresponde com uma retificação que possa ser realizada na serventia extrajudicialmente:

- a) inexistência da ordem cronológica e sucessiva referente à numeração do livro, da folha, da página, do termo, bem como da data do registro.
- b) ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, mesmo nas hipóteses em que não existir descrição precisa do endereço do local do nascimento.
- c) elevação de Distrito a Município ou alteração de suas nomenclaturas por força de lei.
- d) erro na transposição dos elementos constantes em ordens e mandados judiciais, termos ou requerimentos, bem como outros títulos a serem registrados, averbados ou anotados, e o documento utilizado para a referida averbação e/ou retificação ficará arquivado no registro no cartório.

10. Guilherme, brasileiro, maior de idade, casado, filho biológico de Pedro e Elisabeth, foi adotado por João e Maria. De posse do mandado originário de sentença concessiva de adoção, o registrado apresentou o documento na serventia onde está lavrado seu assento de nascimento e casamento. Auferindo a autenticidade e estando em ordem a documentação, o oficial, deverá proceder com:

- a) Cancelamento do registro de nascimento de Guilherme e abertura de novo registro de nascimento, consignando os nomes dos pais adotantes como pais, bem como os nomes de seus ascendentes. No assento de casamento caberá averbação de retificação da nova filiação.
- b) Averbação no assento de nascimento do registrado, não cabendo alteração no casamento sem a anuência do cônjuge.
- c) Cancelamento do assento do nascimento e casamento do registrado, por meio de averbações e, posteriormente, abertura de novos assentos com os novos dados.
- d) Averbação da adoção no assento do nascimento e casamento do registrado.

11. A utilização de cadáver para estudos e pesquisa, no estado de Rondônia, só ficará disponível após autorização judicial e lavratura do assento de óbito. De acordo com as normas estaduais a respeito do tema é incorreto afirmar:

- a) Quando houver declaração firmada em vida pelo falecido ou documento que comprove a liberação do cadáver por cônjuge, companheiro ou parente, maior de idade, até o 2º grau, ficará dispensada a expedição de editais.
- b) Encaminhados cadáveres para estudos ou pesquisa científica, a escola de medicina deverá requerer a lavratura do assento de óbito junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais, apresentando, obrigatoriamente, os documentos atestatórios da morte (DO) e da remessa do cadáver.
- c) O requerimento direcionado ao Registro Civil das Pessoas Naturais será autuado e o oficial promoverá a expedição de editais, publicados em jornal de grande circulação, em quinze dias alternados e pelo prazo de trinta dias, onde deverão constar todos os dados identificadores disponíveis do cadáver e a possibilidade de serem dirigidas reclamações de familiares ou responsáveis legais a serventia.
- d) Após a lavratura do assento de óbito, o sepultamento ou a cremação dos restos do cadáver utilizado em atividades de ensino e pesquisa deverá ser comunicado ao Registro Civil das Pessoas Naturais, para a promoção da respectiva averbação.

12. A respeito da cremação de cadáver prevista na Lei 6.015/1973, é correto afirmar:

- a) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 médicos ou por 1 médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.
- b) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 3 médicos ou por 1 médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade policial.
- c) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 médicos ou por 1 médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pelo ministério público.
- d) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 3 médicos ou por 1 médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

13. Os nubentes estrangeiros se submetem ao mesmo processo de habilitação para o casamento e a presença do nubente estrangeiro no Brasil deve ser regular, de forma que deve ser exigido visto de entrada no território nacional com o prazo ainda vigente. De acordo com o CN/RO é incorreto afirmar a respeito do casamento de nubente estrangeiro:

- a) No requerimento de habilitação, os estrangeiros poderão fazer prova de idade, estado civil e filiação por cédula especial de identidade ou passaporte válido, atestado consular e certidão de nascimento devidamente apostilada nos termos da Convenção de Haia.
- b) Para o casamento de estrangeiro, na condição de refugiado, a prova de estado civil, na ausência de outro documento probante, poderá ser feita mediante declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou estranhos.

c) Se qualquer dos comparecentes não souber o idioma nacional e o registrador civil de pessoas naturais entender aquele em que se expressa, de igual forma deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não o havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, tenha idoneidade e conhecimento suficiente

d) Os estrangeiros que não necessitam de vistos para entrada no Brasil como turistas, a exemplo dos cidadãos dos países do Mercosul (Colômbia, Chile, Peru e Bolívia) podem apresentar em vez do passaporte, cédula de identidade de seu país de origem.

14. O Provimento 63/2017-CNJ determina que o assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Registro Civil das Pessoas Naturais, independentemente de prévia autorização judicial e observada a legislação em vigor no que for pertinente. Nos termos do referido Provimento é correto afirmar:

a) O registro será realizado no livro “E” e, será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV); declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários e; certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.

b) O registro será realizado no livro “A” e, será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV); declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários e; certidão de casamento, não sendo reconhecida a união estável para a presunção de filiação.

- c) O registro será realizado no livro “E” e, será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV) e; certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.
- d) O registro será realizado no livro “A” e, será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação da declaração de nascido vivo (DNV); declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, assim como o nome dos beneficiários e; certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.

15. Os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Rondônia, adotarão, os seguintes classificadores/arquivos, exceto:

- a) Cópias das relações de comunicações expedidas em meio físico e digital.
- b) Atestados e declarações de óbito (DO).
- c) Declarações de nascidos fora de maternidade ou estabelecimentos hospitalares.
- d) Declarações de nascidos vivos (DNV), expedidas pelas maternidades ou estabelecimentos hospitalares.

16. O Tribunal de Justiça fará o repasse do ressarcimento até o final do mês subsequente ao da prática dos atos, desde que não haja irregularidades nas informações prestadas pelos delegatários/responsáveis. Desta forma, serão ressarcidos, de acordo com os valores da Tabela I – dos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, Lei n. 2.936/12, os seguintes atos:

- a) registro de nascimento e óbito, incluindo traslado e certidão - código 102, da Tabela I.

- b) processo de habilitação de casamento, incluída a certidão de habilitação, bem como da primeira certidão relativa a tais atos, para os nubentes reconhecidamente pobres – código 101, letra “a”, da Tabela I.
- c) registros em geral, averbações e certidões, por ordem judicial decorrente de concessão de assistência judiciária; por requisição de órgãos públicos para instrução de processos de interesse público; e em favor de pessoas reconhecidamente pobres – código 105, da Tabela I.
- d) em se tratando de casamento comunitário, o ressarcimento da locomoção ao Registrador e Juiz de Paz será pela metade do valor previsto no código 101, letra “h.1” da Tabela I.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

17. De acordo com as diretrizes gerais extrajudiciais de Rondônia, compete com exclusividade aos Tabeliães de Notas:

- a) somente as mesmas atribuições constantes do artigo 7º da Lei 8.935/1994;
- b) formalizar juridicamente a vontade das partes;
- c) lavratura de todos os atos para os quais a lei exija ou faculte a forma pública;
- d) o registro da transferência de imóveis.

18. Com relação aos princípios notariais, assinale a correta, em linha com as diretrizes extrajudiciais de Rondônia:

- a) o Tabelião age com a finalidade de garantir segurança jurídica, mas não pode visar a profilaxia;
- b) o Tabelião pode agir de ofício, observando o poder de prevenção de litígios;
- c) Na atividade dirigida à consecução do ato notarial, atua na condição de assessor jurídico das partes;
- d) O Tabelião deve lavrar todo ato que lhe é solicitado, mesmo com indícios de fraude, de acordo com o princípio da rogação.

19. Sobre as normas atinentes ao Tabelionatos de Notas, analise as assertivas e assinale a **INCORRETA**.

- a) O substituto pode lavrar escrituras públicas, assim como o Tabelião;
- b) No testamento, todas as páginas devem ser rubricadas, mas nos demais atos a assinatura será lançada somente na última página.
- c) Pelo ato incompleto, serão devidos os emolumentos e custas
- d) Na ausência de assinatura de qualquer das partes, por 30 dias a contar da elaboração da escritura, o Tabelião de Notas a declarará incompleta.

20. Sobre as emendas, rasuras, entrelinha e análogos dos atos notariais, no Estado de Rondônia é correto dizer que:

- a) A cláusula em tempo é admitida, desde que observados alguns requisitos constantes das diretrizes gerais do extrajudicial.
- b) A cláusula em tempo pode ser usada para alterar detalhes pequenos, como forma de pagamento.
- c) Erros materiais, como omissões e erros referentes à descrição e à caracterização de bens individuados no ato notarial, podem ser corrigidos pelo Tabelião, desde que solicitado pela parte interessada.
- d) Uma opção para corrigir atos é a rerratificação, que pode ser assinada somente pelo Tabelião.

21. Quanto à publicidade dos atos notariais, assinale a correta.

- a) Os atos notariais são públicos, e portanto deve o Tabelião, satisfeitos os emolumentos, emitir certidão acerca das escrituras públicas, mesmo sem qualquer pedido por escrito.

b) Os atos notariais são públicos, e portanto é dever do Tabelião mostrar as folhas do livros aos clientes interessados, para sua conferência;

c) Os atos notariais não são públicos, de modo que somente as partes interessadas, o Ministério Público ou o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;

d) Os clientes devem elaborar pedido escrito, em que justifiquem seu interesse, para obter certidões do ato lavrado.

22. Em relação ao Tabelião de Notas:

- a) Exerce função pública, mas em caráter privado;
- b) Sua remuneração é livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho;
- c) Sua remuneração depende da legislação municipal, uma vez que competente o Município para regular o imposto sobre serviço.
- d) Deverá, sem exceções, dar publicidade de todos os atos notariais que praticar, à luz do princípio da publicidade, que também se aplica à sua atividade.

TABELIONATOS DE PROTESTOS

Adriano Alvares

23. Em relação às certidões do tabelionato de protestos, segundo as diretrizes gerais extrajudiciais do TJRO, é CORRETO afirmar que:

a) Serão fornecidas no prazo máximo de 5 dias úteis, mediante requerimento verbal, para certidões negativas, ou por requerimento escrito, do interessado nela identificado, nos demais casos, com validade de 30 dias, a contar da data de sua expedição.

b) Serão fornecidas no prazo máximo de 5 dias, mediante requerimento escrito do interessado, sem validade normativa.

c) Serão fornecidas no prazo máximo de 5 dias úteis, mediante requerimento escrito do interessado, com

validade de 30 dias, a contar da data de sua expedição.

d) Serão fornecidas no prazo máximo de 5 dias, mediante requerimento escrito do interessado, com validade de 30 dias, a contar da data de sua expedição.

24. Verifique as questões abaixo sobre os livros do protesto segundo as normativas do TJRO.

São formados pelo Livro Protocolo dos títulos e documentos de dívida apresentados; de Registro de Protestos, com índice; e de Registro de Cancelamento de Atos Adiados – Convênios.

Há livro próprio para protestos com fins especiais.

O prazo de arquivamento é de 10 anos para os livros de protestos.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

a) F – V – F

b) V – F – V

c) F – V – V

d) V – V – F

25. De acordo com a lei de protestos e com as diretrizes gerais extrajudiciais do TJRO, é correto afirmar que:

a) O expediente ao público será de no mínimo 6 horas, incluído o horário de funcionamento dos bancos, com o horário padrão na Capital do Estado, das 9 às 15 horas, ficando autorizado ao restante do Estado horário diverso, respeitado o mínimo estipulado.

b) O expediente ao público será de no mínimo 6 horas, sem delimitação de padrão.

c) O expediente ao público será de no mínimo 6 horas, cujo expediente ao público deverá ser cumprido no horário de fechamento dos bancos.

d) O expediente ao público será de no mínimo 6 horas, incluído o horário de funcionamento dos bancos, com o horário padrão, para o Estado de Rondônia, das 9 às 15 horas, sendo que uma hora do expediente ao público deverá ser cumprida depois do horário de fechamento dos bancos.

26. O livro de protestos, segundo as diretrizes do TJRO, é composto por:

a) No máximo 400 folhas.

b) No máximo 300 folhas.

c) No máximo 200 folhas.

d) No máximo 100 folhas.

27. Sobre o pagamento, estabelece as diretrizes gerais do TJRO:

pode ser efetuado em cheque, visado e cruzado ou administrativo, no tabelionato, ressalvadas as empresas de pequeno porte e as microempresas.

pode ser efetuada em dinheiro, por boleto de cobrança, nas agências bancárias, pela internet, entre outras.

pode ser através de cartão de crédito ou débito, diretamente nas serventias que disponibilizarem esta forma de pagamento, sujeitando-se o interessado ao pagamento das despesas cobradas e a serem pagas diretamente à operadora/administradora do cartão, mediante prévia e expressa concordância com seus termos e valores.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

a) F – V – F

b) V – F – V

c) F – V – V

d) V – V – V

28. Sobre o protesto da cota condominial segundo as diretrizes gerais extrajudiciais, é correto afirmar que:

a) não poderá ser firmada declaração assegurando que os documentos comprobatórios são mantidos

em poder do credor apresentante, do síndico ou da administradora, com o compromisso de exibição a qualquer momento se exigidos.

b) Deve ser apresentado entre outros, cópia autenticada da convenção do condomínio, todas as vezes que houver apresentação de título a protesto.

c) Entre outros documentos, a aprovação por “quórum” regular previsto na Convenção condominial, bem como a exibição dos boletos ou recibos das dívidas rateadas e referentes às cotas cobradas.

d) A competência do protesto condominial é exclusivamente firmada pelo local da unidade condominial.

REGISTRO DE IMÓVEIS

André Santiago

29. Acerca da usucapião extrajudicial, assinale a alternativa correta.

a) A rejeição do pedido extrajudicial impede o ajuizamento de ação de usucapião.

b) Ocorrendo impugnação do pedido por qualquer um dos titulares de direito reais, esta deve ser julgada

pelo Registrador de Imóveis, cabendo da decisão recurso ao juiz corregedor.

c) Somente o item IV está correto.

d) Somente o item I está errado.

30. Fazendo uma análise dos livros obrigatórios para o Registro de Imóveis, podemos afirmar que são os seguintes:

a) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – Matrícula, Livro 3- Auxiliar, Livro 4 – Indicador Real, Livro 5 – Indicador Pessoal, e, o Livro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.

b) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – da Hipotecas, Livro 3 – Das transcrições/transmissões, Livro 4 – Indicador Real, Livro 5 – Indicador Pessoal.

c) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – Matrícula, Livro 3 – Indicador Real, Livro 4 – Indicador Pessoal e Livro 5 – Auxiliar

d) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – de Protesto, Livro 3 – de Testamentos, Livro 4 – Indicador Real e Livro 5 – Indicador Pessoal.

31. Acerca da Usucapião na esfera administrativa, de acordo com as legislações pertinentes ao caso, podemos afirmar que:

a) É defeso adquirir imóvel através do procedimento administrativo, onde o postulante detenha somente a posse mansa e pacífica.

b) A lei assegura ao interessado o direito de adquirir o imóvel através do procedimento administrativo de usucapião, seja imóvel em que detenha a posse mansa e pacífica, bem como de imóvel objetos de matrícula e transcrição.

c) O imóvel usucapido deva estar necessariamente matriculado, assim como o dos confinantes, senão, inviabiliza a postulação administrativa.

d) O direito de adquirir o imóvel através do procedimento administrativo de usucapião somente é possível se este imóvel estiver devidamente matriculado no cartório de registro de imóveis competentes.

32. Sobre as atribuições do Registro de Imóveis nos termos da lei, podemos afirmar:

- a) A averbação de pacto antenupcial de ofício pelo registrador imobiliário.
- b) São as de registro e averbações dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direito, sobre imóveis reconhecidos em lei, quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
- c) Averbação da alienação fiduciária de bem imóvel.
- d) Registro do auto de demarcação urbanística.

33. Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em:

- a) 40% (quarenta por cento)
- b) 70% (setenta por cento)
- c) 50% (cinquenta por cento)
- d) 25% (vinte e cinco por cento).

34. Acerca da matrícula, à luz da Lei 6015/73, é incorreto afirmar:

- a) Todo imóvel objeto de título a ser registrado deve estar matriculado no Livro nº 2 - Registro Geral - obedecido o disposto no art. 176.
- b) A matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser lançado na vigência desta Lei, mediante os elementos constantes do título

apresentado e do registro anterior nele mencionado.

c) Se o registro anterior foi efetuado em outra circunscrição, a matrícula será aberta com os elementos informados pelo proprietário, mediante declaração que ficará arquivada em cartório.

d) A matrícula pode ser cancelada por decisão judicial.

35. Acerca da unificação de imóveis, julgue os itens a seguir:

- I. Podem ser unificados com abertura de matrícula única dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores a esta Lei, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar;
 - II. Dois ou mais imóveis, registrados por ambos os sistemas, caso em que, nas transcrições, será feita a averbação prevista no item anterior, as matrículas serão encerradas na forma do artigo anterior.
 - III. 2 (dois) ou mais imóveis rurais contíguos objeto de imissão provisória na posse registrada em nome da União, Estado, Município ou Distrito Federal.
- a) Somente o item III está correto.
 - b) Somente os itens I e III estão corretos.
 - c) Os itens I e II estão corretos.
 - d) Os itens II e III estão corretos.

36. Quanto ao Bem de Família, é correto afirmar o que segue:

- a) A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida.
- b) Para a inscrição do bem de família, é suficiente que o instituidor apresente ao oficial do registro a escritura pública de instituição, que deverá proceder ao registro no prazo de 30 dias.

- c) Não há previsão legal para a reclamação de terceiros contra a instituição do bem de família legal perante o oficial imobiliário, o que somente será possível na via judicial.
- d) Em nenhuma hipótese poderá o juiz determinar que proceda ao registro da instituição do bem de família, pois a qualificação registral é típica do oficial imobiliário.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

37. Sobre o registro civil das pessoas jurídicas, assinale a alternativa ERRADA:

- a) compete ao RCPJ registrar e autenticar livros das sociedades simples, exigindo a apresentação do livro anterior, com a comprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da utilização de páginas, bem como uma cópia reprográfica do termo de abertura e termo de encerramento com assinatura reconhecida do representante legal da sociedade e assinatura do contabilista, constando o número da inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.
- b) Os atos constitutivos e os estatutos das pessoas jurídicas só serão admitidos a registro e arquivamento quando visados por advogados.
- c) É vedada a averbação de quaisquer atos relativos à pessoa jurídica, se os atos constitutivos não estiverem registrados no ofício.
- d) O registro de fundação só se fará se comprovada a aprovação de seus atos constitutivos pelo Ministério Público, mesmo quando se tratar de fundação previdenciária.

38. Os atos constitutivos de pessoas jurídicas e suas alterações não poderão ser registrados, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitas ou contrárias, nocivos e perigosos ao bem público, à segurança do Estado e

da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

a) Ocorrendo qualquer dos motivos previstos no enunciado, o oficial do registro sobrestará no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao Juiz competente.

b) Ocorrendo qualquer dos motivos previstos no enunciado, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz Corregedor Permanente, que a decidirá.

c) Ocorrendo qualquer dos motivos previstos no enunciado, o oficial do registro elaborará nota devolutiva, intimará o interessado e aguardará que solicite a suscitação de dúvida.

d) Ocorrendo qualquer dos motivos previstos no enunciado, o oficial do registro, se houver provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz Corregedor Permanente, que a decidirá.

39. Para os registros/averbações das associações, organizações religiosas e fundações deverá o representante legal da pessoa jurídica formular requerimento:

a) ao tabelião do registro, com firma reconhecida, instruindo-o com 2 (duas) vias da ata digitada ou com escrita legível, rubricada em todas as páginas e assinada pelo representante legal, pelo secretário que a elaborou.

b) ao oficial do registro, dispensado o reconhecimento de firma, instruindo-o com 2 (duas) vias da ata digitada ou com escrita legível, rubricada em todas as páginas e assinada pelo representante legal, pelo secretário que a elaborou.

c) ao oficial do registro, com firma reconhecida, instruindo-o com 2 (duas) vias da ata digitada ou com escrita legível, rubricada em todas as páginas e assinada pelo representante legal, pelo secretário que a elaborou.

d) ao oficial do registro, com firma reconhecida, instruindo-o com 2 (duas) vias do estatuto social ou alteração estatutária consolidada, assinadas, apenas ao final, pelo representante legal e advogado.

40. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Sem prejuízo da competência das repartições da Secretaria da Receita Federal, os oficiais do registro civil de pessoas naturais poderão registrar e autenticar os livros contábeis obrigatórios e facultativos, das pessoas jurídicas cujos atos constitutivos nele estejam registrados, ou as fichas que os substituam

b) A autenticação de novo livro será feita mesmo que não exibido o livro anterior a ser encerrado.

c) Faculta-se o uso de chancela para a rubrica dos livros, devendo constar do termo o nome do funcionário ao qual for atribuído esse encargo.

d) Para autenticação de livro, será necessário requerimento com firma reconhecida.

41. No Registro de Títulos e Documentos será feito o registro:

a) dos documentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

b) do penhor sobre bens imóveis.

c) da hipoteca de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou em bolsa.

d) de quaisquer títulos e documentos, mesmo que atribuídos expressamente a outra especialidade registral, respeitada a territorialidade, a fim de assegurar autenticidade, publicidade ou eficácia contra terceiros, além de sua conservação e perpetuidade.

42. As ocorrências que alterem documentos registrados, no que se refere às suas cláusulas em geral, obrigações e pessoas que neles figurem, serão averbadas no registro originário do RTD:

a) O documento a ser averbado receberá o mesmo número de registro do documento original, acrescido de dígito correspondente ao número sequencial da respectiva averbação, fazendo-se as devidas remissões nos indicadores.

b) A preservação em microfilme para backup, onde houver, dispensa a ordem cronológica dos registros e averbações.

c) Os registros de atribuição do RTD dependem, necessariamente, de prévia distribuição.

d) O oficial comunicará ao Oficial de Registro de Imóveis da Comarca os registros que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular.

NORMAS JUDICIÁRIAS

Tiago Zanolla

43. De acordo com o código de organização e divisão judiciárias, não faz parte da divisão judiciária do estado o(a)

a) Seção

b) Comarca

c) Distrito

d) Termo

44. Acerca dos Distritos Judiciário

a) Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

b) Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Seção Judiciária, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e registro de imóveis.

c) Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá dois Juízes de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.

d) Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Termo Judiciário, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e registrador público.

45. O Juiz Diretor do Fórum da Comarca poderá nomear o Juiz de Paz e o Oficial do Cartório de Distrito, em caráter provisório pelo prazo de até

a) 90 dias, prorrogáveis por igual período

b) 6 meses, prorrogáveis

c) 12 meses, improrrogáveis

d) NDA

46. Considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e a conveniência da Administração, os escritórios de justiça do foro extrajudicial serão criados, desdobrados, acumulados, desacumulados, anexados, desanexados, desmembrados e extintos por

a) Lei Complementar de iniciativa do Governador do Estado

b) Lei Ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

c) Decreto Judiciário

d) Resolução do Tribunal Pleno

47. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, são escritórios de justiça do foro extrajudicial?

I. tabelionato de notas.

II. tabelionato de protesto de títulos.

III. escritório de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

IV. ofício de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, II e III, apenas.
- e) I,II,III e IV.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

48. Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado. As autoridades consulares brasileiras também poderão:

- a) celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros, mesmo havendo filhos menores ou incapazes;
- b) celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos;
- c) celebrar a separação litigiosa, desde que não haja filhos menores ou incapazes em comum;
- d) celebrar a separação litigiosa quando não seja possível a sua realização no território brasileiro.

49. Não serão registrados em registro público:

- a) os nascimentos, casamentos e óbitos;

- b) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- c) a emancipação pela colação de grau em curso superior de ensino;
- d) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

50. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

- a) do Município, a sede da Procuradoria Geral respectiva;
- b) do Município, a sede do partido ou coligação que atualmente governa;
- c) da União, a capital de cada Estado, a depende de onde ajuizada a ação;
- d) dos Estados, a respectiva capital.

51. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico;
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

52. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. Em relação a essa modalidade de obrigação, é correto afirmar que:

- a) pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- b) quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida no primeiro cumprimento, sendo repetida mesma escolha para as demais;

- c) no caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação;
- d) se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexequível, restará extinta a obrigação.

53. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva.
- b) quando não estiver vencido o prazo.
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

54. Assinale a alternativa incorreta a respeito da suspensão do processo:

- a) A suspensão do processo por convenção das partes jamais poderá exceder 3 meses.
- b) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste
- c) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- d) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se

pronuncie a justiça criminal. Se a ação penal não for proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, cessará o efeito desse, incumbindo ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia.

55. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta:

- a) A reconvenção pode ser proposta apenas contra o autor, jamais contra terceiro.
- b) O réu não pode propor reconvenção sem oferecer contestação.
- c) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituto, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

56. É errado afirmar sobre o julgamento antecipado parcial de mérito:

- a) A decisão proferida com base no art. 356 é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito somente poderá reconhecer a existência de obrigação líquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
- d) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.

57. Em relação à competência, marque a alternativa correta:

- a) É competente o foro do lugar da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.
- b) Verifica-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- d) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada nula de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

58. Não se trata de hipótese de extinção do processo sem resolução de mérito:

- a) indeferimento da petição inicial.
- b) acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- c) homologação da renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- d) reconhecimento da existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;

59. Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, é correto afirmar:

- a) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- b) Não observada a tese fixada no Incidente, é cabível Recurso Extraordinário.
- c) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono

d) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas mesmo quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

60. Sobre o recurso de agravo de instrumento, é correto afirmar:

- a) É cabível contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- b) Na falta da cópia de qualquer peça, deve o relator considerar o recurso inadmissível.
- c) Cabe agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que verse sobre admissão do pedido de limitação do litisconsórcio.
- d) Não sendo eletrônicos os autos, requererá a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de 5 dias a contar da interposição do recurso.

61. Sobre os atos processuais, marque a alternativa correta:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 às 18 horas.
- b) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 18 horas do último dia do prazo.
- c) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
- d) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão quaisquer atos processuais.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

62. Responda a questão a seguir de acordo com o Capítulo II (Do Nome Empresarial) do Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva INCORRETA:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de dois anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

63. Em relação aos trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.

64. O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

65. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

66. Quem poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões?

- a) A consulta é ato privativo do Ministério Público.
- b) Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, mediante pagamento do preço devido.
- c) Apenas os sócios das Empresas Mercantis registradas.
- d) Qualquer pessoa, desde que comprove formalmente a necessidade e ou interesse, mediante pagamento do preço devido.

67. A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;

- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

68. Acerca das relações de consumo:

I. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, excluídos os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

II. Constitui direito básico do consumidor expresso no CDC a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

III. Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

IV. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Com base nessas assertivas, assinale a alternativa que corresponda às assertivas FALSAS:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

69. Com relação à responsabilidade pelo produto, é correto afirmar:

- a) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração sua apresentação e o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam,

desconsiderando a época em que foi colocado em circulação.

- b) Havendo responsabilização pelo fato do produto, aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

- c) O fabricante, o produtor, o comerciante, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

- d) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, sendo vedado ao consumidor exigir apenas a substituição das partes viciadas.

70. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca contratos, é correto afirmar:

- a) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.

- b) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, mas não são capazes de ensejar execução específica.

- c) É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Poder Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que de qualquer forma não

assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

d) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se inexistentes as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

71. Em relação ao direito à saúde e as obrigações inerentes aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, considere as seguintes afirmações:

I. Os prontuários individuais de atendimento deverão ser preservados pelo prazo de cinco anos.

II. O recém-nascido será identificado exclusivamente mediante o registro de sua impressão plantar e digital, além da impressão digital da mãe.

III. A declaração de nascimento deverá conter as informações essenciais para fins de registro, sendo dispensadas a intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

A alternativa correta é:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão incorretas.

72. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar:

a) A criança ou adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, sempre que possível, devendo-se respeitar seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.

b) O consentimento da criança e do adolescente deverá ser colhido em audiência.

c) Na apreciação do pedido, a autoridade judiciária deverá levar em conta o grau de parentesco, independentemente da existência de afinidade ou afetividade na relação.

d) Os grupos de irmãos, visando a preservação de seus vínculos fraternais, sempre serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta.

73. A guarda é uma das modalidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, permitindo que o detentor se oponha a terceiros, mas não aos pais.

b) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato podendo ser deferida nos procedimentos de tutela e adoção por nacionais e estrangeiros.

c) A guarda poderá ser deferida excepcionalmente fora dos casos de tutela e adoção visando atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável.

d) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

74. Assinale a alternativa incorreta sobre a Parte Geral do Código Penal:

- a) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- b) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- c) Observados os requisitos gerais previstos no Código, considera-se também em estado de necessidade o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- d) O agente, em qualquer das hipóteses legais de exclusão da ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

75. Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento consolidado do STJ sobre matéria penal:

- a) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão executória.
- b) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- c) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

d) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

76. Analise as seguintes assertivas sobre os crimes contra a fé pública:

- I – A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- II – Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público configura o crime do artigo 299 do CP, denominado de falsidade ideológica.
- III – O crime de reconhecimento de firma ou letra, previsto no artigo 300 do CP, é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.
- IV – A alteração de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

77. O inquérito policial possui como característica

- a) a obrigatoriedade
- b) a disponibilidade
- c) o sigilo
- d) a informalidade

78. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao ascendente, cônjuge, descendente ou irmão, nesta ordem.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia do crime.
- d) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem, inclusive, não caberá intervir no processo de iniciativa privada.

79. Em relação às provas, assinale a opção INCORRETA.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, em regra, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- c) A confissão será divisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- d) A expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

80. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão respectiva. A Associação dos Notários e

Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.
- b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.
- c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.
- d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União faça a delegação de competência por meio de lei complementar.

81. “O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.” (§ 3º do artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

82. João da Silva ajuizou ação de rito ordinário para condenar o estado de Rondônia ao pagamento por danos materiais, em decorrência de erro efetuado pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais quando da elaboração da certidão de óbito de sua esposa, fato que o impediu de obter benefício previdenciário junto ao Instituto Nacional do Seguro Social. A respeito da responsabilidade civil do Estado, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) A responsabilidade civil do estado de Rondônia pelos danos causados por tabeliães e registradores é subjetiva.
- b) Não há incidência de responsabilidade civil ao estado de Rondônia, uma vez que a atividade dos tabeliães e registradores é privada.
- c) O estado de Rondônia responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, cabendo-lhe promover o regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- d) Há incidência de responsabilidade civil objetiva tanto para o estado de Rondônia quanto para tabeliães e registradores que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

83. O Tribunal de Justiça de Rondônia julgou válida lei local contestada em face de lei federal. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

84. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O Procurador-Geral da República poderá propor ação direta de inconstitucionalidade para requerer a retirada da medida provisória do ordenamento jurídico.
- d) A medida provisória poderá ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros.

85. Indique a alternativa que contenha competência do Presidente da República delegável aos Ministros de Estado.

- a) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- b) acreditar representantes diplomáticos de Estados estrangeiros.
- c) conceder indulto.
- d) presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

86. Acerca dos atributos e elementos do ato administrativo, marque a assertiva correta:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, de forma unilateral, independentemente de sua concordância.
- c) A motivação é a razão de fato e de direito que fundamenta a prática de um ato administrativo.
- d) A teoria dos motivos determinantes surge no Direito Francês.

87. De acordo com a organização da Administração Pública, marque a assertiva correta:

- a) Os entes públicos são unidades administrativas despersonalizadas, dotadas de um feixe de atribuições e são ocupados por um agente público.
- b) A descentralização é o fenômeno de distribuição de competências para uma pessoa jurídica ou física distinta.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público.
- d) A administração pública no sentido subjetivo abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas

88. Acerca da responsabilidade civil do Estado, marque a assertiva incorreta:

- a) O Estado possui responsabilidade civil direta e primária pelos danos que tabeliães e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

- b) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.
- c) A ação regressiva, aquela em que o Estado ajuíza contra o responsável pelo dano causado ao particular, é facultativa.
- d) A responsabilidade das concessionárias de serviço público é objetiva, seja em relação ao terceiro usuário, seja em relação ao terceiro não usuário.

89. A Lei nº 11.079, de 2004, instituiu normas gerais para a contratação da chamada “parceria público-privada” no âmbito do Poder Público. Esse tipo de contrato administrativo de concessão pode ser feito nas seguintes modalidades:

- a) Patrocinada, quando envolver, além do recebimento da tarifa cobrada dos usuários do serviço público, o pagamento de contraprestação do parceiro privado ao parceiro público.
- b) Administrativa, quando a própria Administração Pública seja a usuária direta ou indireta da prestação dos serviços, ainda que envolva a execução de obras ou a instalação de bens.
- c) Comum, quando não envolver o pagamento de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- d) Especial, quando o serviço público não é sujeito ao pagamento de tarifa.

90. A Lei nº 8.429, de 1992, dispõe sobre as sanções a que se submetem os agentes públicos nos casos de prática de ato de improbidade administrativa. As disposições dessa lei são aplicáveis:

- a) Exclusivamente aos indivíduos que, mediante remuneração, exercem mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.
- b) Exclusivamente aos indivíduos que, sem remuneração, exercem mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.
- c) Exclusivamente aos indivíduos que, independentemente de remuneração, exercem mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.
- d) Também aos indivíduos que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

- 91.** A respeito do Imposto sobre produtos industrializados, assinale a alternativa incorreta:
- a) Nas operações ocorridas no território nacional, o tributo tem como fato gerador a entrada do produto no estabelecimento de destino.
 - b) O imposto é não-cumulativo, dispendo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.
 - c) Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.

d) O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

92. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A transação suspende o crédito tributário.
- b) A interposição de uma exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo corporificam a possibilidade de suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão ao parcelamento interrompe o prazo prescricional, que volta a fluir a partir da sua rescisão.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

93. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) Causas de exclusão do crédito tributário não devem ser interpretadas segundo o método literal.

- b) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- c) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- d) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

94. Sobre responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, ainda que conste do título a prova da sua quitação.
- b) Em caso de sucessão tributária, o cônjuge meeiro é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante da meação.
- c) Caso o adquirente de determinado estabelecimento comercial dê continuidade a exploração comercial que anteriormente ali se exercia, mas sob outra razão social, tal circunstância lhe eximirá da responsabilidade dos tributos até então devidos.

- d) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

95. Julgue os itens abaixo:

- I) Uma lei isentiva atinge, apenas, a obrigação tributária principal, enquanto as obrigações tributárias acessórias permanecem incólumes.
 - II) O Princípio da anualidade, albergado no texto da Constituição da República aprovada em 1988, disciplina que a cobrança de um tributo não pode ser feita no mesmo exercício financeiro em que fora publicada a norma impositiva tributária.
 - III) O não-exercício da competência tributária autoriza o deferimento a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas a afirmativa do item II está correta.
 - d) Apenas a afirmativa do item I está correta.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

- 96.** “Cerca de 70% dos cidadãos apoiaram em referendo o corte de 345 cargos parlamentares (de 945 para 600, corte de 37%), de acordo com os votos apurados até a noite desta segunda-feira (21).

Com a aprovação da medida, o número de deputados será reduzido de 630 para 400, e o de senadores, de 315 para 200, nas próximas eleições, previstas para 2023.”

Disponível em: <https://bit.ly/36Z5J3d>. Acesso em 03/11/2020.

O país retratado pelo enunciado é o (a)

- a) Alemanha.
- b) Reino Unido.
- c) França.
- d) Itália.

97. A ONU (Organização das Nações Unidas) chegou aos seus 75 anos de fundação em 2020. A Assembleia Geral anual foi um evento virtual, com a celebração turvada pela Covid-19 e com discussões sobre o enfrentamento da doença e o futuro da humanidade pós-pandemia, entre outros temas.

Sobre a Organização das Nações Unidas, sua atuação e seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir:

I - A Organização das Nações Unidas foi criada após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de estabelecer a paz e a segurança no mundo, contudo, na atualidade, a organização não tem conseguido cumprir totalmente com esse objetivo, haja vista que uma série de grandes conflitos armados em curso no mundo não pararam por meio de exortações da ONU.

II - Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, com o poder de veto, são os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Rússia e a China.

III - A ONU é formada por agências especializadas que atuam em áreas como saúde, finanças, agricultura, aviação civil e telecomunicações, entre outras. O português António Guterres é o atual secretário-geral, que tem como uma das metas da sua gestão criar uma instância para o desenvolvimento de políticas e programas para os refugiados, inexistente na estrutura das Nações Unidas.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) Todas estão corretas.

98. “A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) começa a vigorar a partir desta sexta-feira (18). O presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto que estabelece o início da vigência da nova lei.

Em abril, o governo havia editado uma MP que tentava adiar o início das regras de proteção de dados para maio de 2021. A Câmara aprovou o texto com um prazo menor, no fim de 2020, mas o Senado rejeitou o dispositivo. O presidente sancionou o texto como saiu do Senado.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/y4bu2pr5>. Acesso em 03/11/2020.

A respeito da nova lei e de seu contexto, analise as afirmativas a seguir:

I - Inspirada na lei europeia de proteção de dados, o principal objetivo do diploma legal é regulamentar o tratamento de dados pessoais dos usuários.

II - Um dos pontos principais da nova lei está na exigência do consentimento expresso dos usuários para a coleta e uso das suas informações.

III - A nova lei veta, em quaisquer casos, a coleta e utilização de dados utilizados para fins políticos e eleitorais.

Estão corretas as alternativas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.

99. “A menina de 10 anos que engravidou após ser estuprada em São Mateus, no Espírito Santo, passou por um procedimento e interrompeu nesta segunda-feira (17) a gravidez em um hospital de referência em Pernambuco. Ela estava na unidade desde domingo (16), quando iniciou o processo. De acordo com a direção do hospital, a menina passa bem.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/yytw9hj5>. Acesso em 03/11/2020.

Sobre a questão do aborto no país e seus aspectos relacionados, assinale a alternativa correta:

- a) A lei brasileira penaliza o aborto, permitindo-o somente em caso de risco à vida da gestante.
- b) O crime de estupro está previsto na Constituição Federal, com pena de reclusão de 6 a 10 anos.
- c) O aborto de fetos anencéfalos é legal no país, sendo desnecessária decisão judicial para a sua realização.
- d) Para todos os casos de aborto permitidos pela lei, o limite de idade gestacional deve ser de três meses.

100. “A criação da nota de R\$ 200 anunciada nesta quarta-feira (29) pelo Banco Central faz parte de uma história de raras mudanças na gama de cédulas de real desde o início de circulação da moeda. Trata-se de um novo valor pela primeira vez desde 2002.

Há 18 anos, era lançada a nota de R\$ 20, último lançamento de quantia em nota no país. Um ano antes, em 2001, surgiu a nota de R\$ 2.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/yy5t69m8>. Acesso em 03/11/2020.

De acordo com instituições federais e analistas econômicos, o lançamento da nova cédula tem como causas e/ou objetivos:

- I - Economizar recursos com a impressão de papel moeda.
- II - Controlar a inflação verificada ao longo dos últimos anos.
- III - Aumento da demanda por papel moeda.

Estão corretas as alternativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJRO-07-11-20>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA CARTÓRIOS](#)
